

# A DEMOCRATA

ENTREVISTA

## ROBERTA METSOLA

"ACREDITO QUE MELHORAMOS  
A EUROPA TODOS OS DIAS  
– E É ISSO QUE ME MOVE"

Pág. 12

### CÂMARA ALTA

"Portugal mais futuro do que passado!"  
por José Manuel Bolieiro

Pág. 6

### ENSAIAR O FUTURO

"8 mil milhões de possibilidades"  
por Mónica Ferro

Pág. 28

### LARANJA MECÂNICA

Todas as edições uma história icónica do PPD/PSD.  
Este mês: "A liberdade não depende da oportunidade.  
É a liberdade que cria as oportunidades"  
por Carlos Reis

Pág. 20



## EDITORIAL

# Queremos servir, com pressa!

Assistimos nos primeiros dias de agosto, a uma verdadeira manifestação das várias vertentes de humanismo, de paz, amor, compreensão e sobretudo de união fraterna entre pessoas diferentes e de todo o mundo.

De Lisboa para o Mundo, as Jornadas Mundiais de Juventude, foram a prova viva e sentida de que a Igreja Católica de Roma ainda é um baluarte da defesa dos valores ocidentais. A voz do Papa, nas suas várias locuções foram definidoras, assertivas e diretas, porque tocaram nas problemáticas e nos assuntos que inquietam os espíritos do nosso mundo contemporâneo.

O Papa Francisco entendeu muito bem os tempos, e escreveu a ouro uma página muito importante do seu Pontificado, é o reformador necessário numa época em que as mudanças são rápidas e constantes.

Os jovens católicos unidos na sua fé, deram um testemunho ao mundo que tem por base o diálogo, a comunicação, a fraternidade, a união, saibamos nós, no nosso dia-a-dia, perceber o que aconteceu nestes dias em Lisboa para melhorar a nossa sociedade.

Francisco disse e eu reafirmo: “Não adormeçais. Não vos acomodeis. Não vos instaleis. Erguei-vos contra as injustiças. Defendei-vos de tudo o que é mundanidade. Deixai a marca neste mundo. Não permitais que vos roubem a vossa alegria e a juventude. Ousai sonhar em grande”.

Portanto, não nos podemos conformar, porque se o fizermos estamos a desistir de quem está ao nosso lado, da nossa família, região, cidade ou país e isso não pode acontecer!



**LUÍS NUNES DOS SANTOS**  
DIRETOR

## FICHA TÉCNICA

**Proprietário:** PSD | Partido Social Democrata NIF: 500835012  
**Registo na ERC:** n.º127932  
**Editor:** JSD | Juventude Social Democrata NIF: 500835012 -  
Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa – jsd@jsd.pt - www.jsd.pt  
**Director:** Luís Nunes dos Santos  
**Redação:** Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/C Dto., 1200-790 Lisboa  
**Concepção Gráfica:** Gomes de Almeida & Associados  
**Impressão:** GRAFISOL – Artes Gráficas – Rua das Maçarocas  
Abrunheira Business Center n.º03 – Abrunheira – 2710-056 Sintra  
**Periodicidade:** Mensal  
**Tiragem:** 200

Todos os direitos reservados. Interditada a reprodução, mesmo que parcial de textos, fotografias ou ilustrações sob quaisquer meios e para quaisquer fins, designadamente comerciais.

## A DEMOCRATA

# ÍNDICE

MOULES AVEC FRITES  
Pág. 4

BIFES À SÃO BENTO  
Pág. 5

CÂMARA ALTA  
Pág. 6

SÃO CAETANO ÀS LAPAS  
Pág. 8

DO PONTAL ATÉ À LAPA: CRÍTICA CULTURAL  
Pág. 10

DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA  
Pág. 12

LARANJA MECÂNICA  
Pág. 22

JSD LOOK & FEED  
Pág. 26

AGENDA  
Pág. 27

ENSAIAR O FUTURO  
Pág. 28

RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM  
Pág. 32

FAZER A DIFERENÇA  
Pág. 33

LOJA JOTA  
Pág. 34

A CAMINHO DOS 50  
Pág. 35

## SOBE E DESCE



SELEÇÃO FEMININA DE FUTEBOL

JOÃO GOMES CRAVINHO

## FICOU PARA A HISTÓRIA

**“Na igreja há espaço para todos.  
E, quando não houver, por favor façamos com que haja, mesmo  
para quem erra, para quem cai, para quem sente dificuldade.  
Todos, todos, todos.”**

Papa Francisco  
JMJ 2023



**ALEXANDRE POÇO**  
Presidente da JSD

### Orgulho no que alcançamos

A Jornada Mundial da Juventude foi um grande sucesso. Tenho orgulho no que fomos capazes de organizar enquanto comunidade. Houve tempo para tudo, para discutir, para planear, para criticar e contra-argumentar. Depois, chegou o tempo para fazer e fizemo-lo com alegria e sucesso. Sucesso para nós, para o Papa e para os muitos jovens que nos visitaram e participaram na JMJ. Sempre defendi que este evento era motivo de orgulho para o país, para os católicos e para todos os jovens. Beneficiámos da nossa capacidade de bem receber e claro, de termos um Papa Francisco à altura, um grande Papa, que genuinamente se entregou a esta JMJ como os católicos se entregaram ao evento, ao espaço de oração e partilha. Um Papa inspirador, humanista e próximo, que nos fez refletir com as suas mensagens de esperança, tolerância e luz que nos motivam e alegam. Precisamos de momentos, pessoas e circunstâncias como foi a JMJ em Lisboa. Uma palavra final de agradecimento genuíno ao Carlos Moedas por este grande sucesso, ele que sempre deu a cara pela JMJ, quando ela “queimava” e quando todos a quiseram abraçar. Devemos ter orgulho no que alcançamos.



# MOULES AVEC FRITES

José Manuel Fernandes



# BIFES À SÃO BENTO

Paula Cardoso



## A UE É A SOLUÇÃO

A UE é paz, democracia, liberdade, Estado de Direito, defesa da vida e da dignidade humana. É sobre este chão comum - os valores europeus - que construímos o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo e somos incentivados a uma solidariedade de facto. É nossa obrigação proteger estes valores e nunca os dar como absolutamente adquiridos.

Defendo uma UE aberta ao mundo, mas não ingénua. Por isso, por exemplo, há que taxar os produtos que entram na UE e não respeitam os mesmos standards ambientais. É um convite a que todos combatam as alterações climáticas e uma forma de evitarmos a deslocalização da nossa indústria.

A União Europeia é a solução para vencermos os desafios que enfrentamos. O combate às alterações climáticas, a demografia, as migrações, a segurança, o abastecimento energético, a escassez de recursos naturais, a cibersegurança, o combate à fraude, evasão e elisão fiscal, só podem ser vencidos se atuarmos de forma conjunta e concertada. Vencemos a pandemia porque atuamos de forma solidária e coordenada. O orçamento da UE financiou a investigação que permitiu o “nascimento” de uma vacina em tempo record. A compra das vacinas foi feita pela Comissão Europeia e distribuída de forma proporcional. Teria sido um desastre se essa compra tivesse sido feita por cada Estado-Membro. É evidente que o preço dispararia e os cidadãos dos Estados mais ricos seriam vacinados primeiro. Os efeitos negativos da pandemia foram combatidos com o financiamento europeu que apoiou as empresas e os trabalhadores e avançou-se com uma medida inédita: a Comissão Europeia endividou-se para

financiar os Planos de Recuperação e Resiliência nacionais.

A guerra resultante da invasão injustificada da Rússia na Ucrânia provou que unidos e em conjunto podemos reforçar a nossa defesa e segurança. Note-se que a soma do orçamento militar dos 27 Estados-Membros é mais do triplo do da Rússia. Não defendo um exército europeu. No entanto, temos de investigar e fazer compras em conjunto. A interoperabilidade e a cooperação são essenciais.

A UE deveria ser – sempre – ativa, forte, solidária, preventiva e liderante. No entanto, os Estados-Membros, chefiados por governantes em vez de líderes, esquecem os projetos comuns que assegurem a União da Energia, a União Ferroviária, a União do digital, da saúde, da defesa, da segurança e proteção civil. Acresce a necessidade de reforçarmos a nossa autonomia estratégica que nunca poderá ser sinónimo de protecionismo.

Em contrapartida, os Estados-Membros têm muito financiamento da UE e a maioria está com dificuldades de absorção. O Portugal 2030 terá este ano candidaturas aprovadas mas uma execução financeira próxima de ZERO! Convinha que o Governo acordasse e se lembrasse que já estamos em 2023. A tempestade de milhões que recebemos com o PT2030 e o PRR, superior a 50 mil milhões de euros, será toda gasta ainda que nem todo seja investido. Muitos destes recursos estão a ser usados para substituir o Orçamento do Estado quando deviam adicionar, serem uma mais-valia. Infelizmente, estamos a perder a oportunidade de nos modernizarmos e de conseguirmos um Portugal simultaneamente competitivo, coeso e sustentável.

## OS INVISÍVEIS

Há jovens que os jovens não vêm, não conhecem e assim é porque a sociedade fecha os olhos, é incómodo.

Trata-se dos jovens internados em Centros Educativos, cumprindo penas pela prática de atos qualificados como crime.

É importante dar visibilidade na agenda pública e política a este problema social – a delinquência juvenil - que não sendo novo, é neste momento, preocupante pelos números que atingiu.

**A delinquência juvenil em 2022 registou um aumento de 50,6%** no número de ocorrências face ao ano anterior (1.687 participações), e **a criminalidade grupal também registou um aumento de 18% nas ocorrências** (5.895 participações).

Sabemos que a família tem um grande impacto na nossa formação enquanto pessoas, sendo a família a nossa principal referência. É lá que ocorrem importantes processos de socialização e interiorização de normas e valores sociais.

Numa família disfuncional poderão existir falhas nos processos de socialização e interiorização de normas que se repercutirão pela vida fora. Quando as normas das famílias contrariam as normas sociais levam os jovens a adotar condutas antissociais como roubos, furtos, consumos, tráfico, maus-tratos/violência doméstica.

A fraca supervisão parental ou, ao inverso, estilos educativos demasiado severos e punitivos poderão trazer consequências graves ao jovem. A negligência parental, a fraqueza do vínculo familiar, as famílias com membros delinquentes, a escassez económica ou a rutura familiar, onde se inclui o divórcio, a separação, a morte de parentes ou a institucionalização, são fatores de risco e estão entre

as causas mais comuns da delinquência juvenil.

Acrescem a estas, entre outras, a associação a grupos de pares desviantes, as dificuldades cognitivas e a saúde mental e ainda a ausência de atividades extracurriculares e de ocupação de tempos livres.

Assistimos a um crescimento progressivo de fenómenos de violência juvenil, de natureza individual ou grupal, ocorridos em zonas sensíveis (bairros) mas também em meio escolar e institucional e a um número considerável praticado em ambiente digital.

Então perguntamo-nos: mas o fenómeno continua invisível e desconsiderado nas políticas do governo e na sociedade, porquê?

Porque há uma desvalorização deste problema. Os conflitos entre grupos ou gangues ocorrem regra geral confinados a determinadas zonas ou bairros, e pensa-se que é só com esses jovens, portanto distantes, desvalorizando com isto a sua gravidade e o consequente alarme social, tornando o fenómeno menor ou inexistente.

É urgente tomar consciência de que a delinquência juvenil configura a pré-existência de vulnerabilidades sociais como a negligência ou os maus-tratos, o défice de relacionamento familiar, a existência de pares antissociais e efeito mimético, habitação em zonas urbanas sensíveis, continuidade entre o online e a vida “real” e a influência do online e dificuldades ao nível da integração escolar ou laboral.

É também urgente olhar de frente para este problema e atacá-lo quer na sua prevenção quer na sua reparação. Porque estes jovens são a nossa face, a face do que a sociedade lhes ensina, lhes permite e lhes dá.

CÂMARA ALTA

# PORTUGAL MAIS FUTURO DO QUE PASSADO!

Por José Manuel Bolieiro

## Portugal, país independente, perfaz, este ano, a vetusta idade de 880 anos.

Tenho por preferência esta referência do nascimento do meu País.

No entanto é também ditosa a referência ao dia 23 de maio de 1179, data da tão aguardada bula papal, a “Manifestis Probatum”. O Papa Alexandre III deu, então, com a bula, o seu assento ao Reino de Portugal.

Isto porque, é o meu destaque, naquela bula o direito ao trono é dado para a perpetuidade, e abrange não só o território já conquistado, mas aquele que ainda o venha a ser.

Como hoje sói dizer-se: - Um dado de potencial relevante, que aliás inspira esta minha reflexão.

Mas ainda no que concerne ao passado de Portugal, houve igualmente um período desditoso.

Ainda que breve o período, houve interrupção da independência de Portugal, à qual os Açores foram quem mais lhe resistiu. E isso preenche-me de orgulho.

Depois disso, Portugal foi um País que se redimensionou, crescendo, fruto de coragem, curiosidade, ciência e inovação. De extremidade reduzida da península ibérica, se fez um País Atlântico.

E é dessa transformação atlântica que quero expressar esperança e afirmar potencial.

É dessa transformação atlântica que se pode retirar inspiração para Portugal e para o nosso futuro coletivo.

Está visto que entender o potencial de um País limitado à sua demografia e à dimensão terrestre do seu território está profundamente errado e é gravemente penalizador do seu efetivo potencial.

Evoco e reclamo por um entendimento holístico do nosso País, um entendimento nacional da nossa pluralidade. Aliás, do reconhecimento de um País arquipélago.

Um País verdadeiramente marítimo e arquipelágico. Um País Atlântico.

Se soubermos, como nos convém, associar a coragem e curiosidade antigas à moderna investigação, ciência e novas tecnologias, as que já são do presente e as do futuro, nas quais poderemos ser inovadores, gerando protótipos, teremos garantidamente dimensão universal, nas novas economias do mar e do espaço. Pela descoberta e pela sustentabilidade das vidas humana, animal e vegetal no nosso planeta.

Poderemos ser relevantes no planeta pelo exemplo. Liderando pelo exemplo o devir do nosso País, da nova economia e das novas gerações. Liderar, não pelas declarações proclamatórias de ideais não cumpridos, mas pelo exemplo inspirador, e com isso, seremos, de novo, relevantes na história da globalização planetária e espacial.

Com os Açores, tal como com a Madeira, somos um País grandioso de território e de potencial, geoestratégico e “cronoestratégico”, pois acredito que teremos mais e melhor futuro do que passado.

Portugal valorizando a sua condição de País arquipélago, revalorizando as Autonomias Políticas das suas Regiões Autónomas, admitindo a vantagem da gestão partilhada do seu potencial marítimo e espacial, com as Autonomias e suas populações marítimas, que afinal clamam pelo que têm direito, em matérias de sustentabilidade ambiental, social e económicas nesses domínios. Não reivindicam Soberania de fronteiras, pois essa é da República.

Com desassombro, sem fantasmas centralistas, o futuro de Portugal e dos portugueses tem mais dimensões de sucesso, que o medo e o atavismo amarram.

Vamos lá, com vontade de servirmos a nossa história coletiva e deixar bom legado aos vindouros.

Com mais futuro do que passado.



# SÃO CAETANO ÀS LAPAS

## FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Por Margarida Balseiro Lopes

Em quase cinco décadas de vida, a história da JSD fez-se sempre nos seus órgãos próprios, mas é contada também em lugares icónicos partilhados e frequentados pelos seus militantes e dirigentes. Uma das paragens obrigatórias que transporta memórias que atravessam gerações é a Faculdade de Direito de Lisboa, a FDL. Por ela passaram seguramente muitos dos que ajudaram a escrever a história da JSD.

Mais do que uma Escola de Direito, a “Clássica” foi sendo um viveiro de quadros e de lutas que extravasaram as suas fronteiras. Fosse em eleições para a faculdade ou para a associação, ou uma antecâmara para muitos congressos, bastando – para o confirmar - palmilhar os corredores desta faculdade nos

meses que antecediam uma contenda eleitoral.

Havia, desde logo, uma particularidade. Nela se cruzavam dirigentes de norte a sul do país que, concentrados num mesmo espaço durante dias a fio, nalguns casos numa espécie de big brother, muito anterior ao famoso reality show, aumentavam a intensidade de muitos atos eleitorais. E reviravoltas. Na realidade, apesar de o xadrez político estar muito enraizado nas circunscrições territoriais respetivas, ou seja, nas distritais e concelhias, o facto de num mesmo lugar haver tão grande permeabilidade política entre dirigentes levou a que muitas surpresas nascessem desta faculdade. Até uma candidatura à nacional da JSD.

Não almejou a vitória, mas comprovou que a FDL foi palco de muitos fenómenos.

E foi também palco para germinarem muitas amizades que a seu tempo conduziram a alianças, apoios e estratégias políticas. Por lá se encontraram futuros colegas de comissões políticas nacionais, seja da JSD, seja do PSD. Nos corpos discente e docente. À época, partilhavam as mesas do famigerado “Bar Velho”, mais tarde viriam a sentar-se à mesma mesa em reuniões partidárias. A D. Ana, a D. Ema, a D. Amélia e a D. Laura foram testemunhas de muitos destes encontros. E desencontros. Distribuindo beijinhos e tostas mistas em véspera de exames, acompanharam muitos volte-faces que tornaram proto-perdedores em vencedores-surpresa e vice-versa. Eram os primeiros passos na Política para muitos. Não foi, por isso, surpreendente que tenha havido uma quase rebelião quando se pretendeu mudar a gerência e a imagem do Bar Velho.

A ligação afetiva que muitos tinham com aquele espaço quase impedia que se modernizasse o que foi sendo uma sala de reuniões e de lamentações durante tantos anos. O conservadorismo e a resistência cederam e o Bar Velho lá está.

De velho só mesmo o nome que resalta na cabeça de quem preserva tantas memórias do espaço. De facto, por muitas mudanças de figurino que pudessem existir, ninguém poderia jamais apagar as recordações de quem fechou listas numa daquelas mesas, daquela conversa desagradável que tivemos de levar para a esplanada numa das míticas noites da festa da cerveja, daquele colega com o qual quase perdemos a cabeça na semana antes de um Congresso Nacional, mas que é hoje um dos nossos melhores amigos. São as pessoas, de facto, que fazem sempre a diferença.

No meio de tantas aventuras e histórias por contar, o curso de Direito ia correndo, por vezes, mais lentamente do que o curso da vida. Mas, com mais ou menos anos ou matrículas, foi uma etapa que a esmagadora maioria acabou por encerrar. De lá trouxeram-se verdadeiras preciosidades. O canudo foi apenas uma delas. As saudades de quem por lá descobriu o gosto da Política é, provavelmente, uma das mais memoráveis.





**Mariana Mazzucato e Rosie Collington**

são duas economistas e amigas. Rosie é mais nova e estudante de doutoramento, Mariana é mais velha e autora de vários livros sobre economia internacional. Uma senta-se no colo da outra, Rosie no colo de Mariana, de mais nova para mais velha. O livro “the Big Con: How the consulting industry weakens our business, infantilizes our Governments, and warps our economies”, é a sua obra mais recente, lançado a 27 de junho num auditório da UCL em Londres.

# DO PONTAL ATÉ À LAPA

## CRÍTICA CULTURAL

De uma forma prática, imagine-se que o governo quer perceber de que forma é que a oferta de cursos no ensino secundário condiciona a escolha do trabalho do indivíduo no futuro, tendo em conta que nem todas as escolas oferecem os mesmos cursos. É encomendado este projeto, é pago à consultora e direciona-se o pedido, de acordo com os dados que o governo tem, e que o governo quer ter, e quer disponibilizar.

Na maior parte das vezes, os resultados finais estão em concordância com a expectativa do governo, desde o início. Resultados seriam diferentes se o governo encomendasse o mesmo estudo a um centro de investigação especializado no tratamento de assuntos relacionados com a educação, com bases de dados próprias e de qualidade e significância estatística, com observações recolhidas detalhadamente e objeto de vários tratamentos,

# The Big Con

## How the consulting industry weakens our business, infantilizes our Governments, and warps our economies.

de Mariana Mazzucato e Rosie Collington  
por Joana Garrido Amorim



A premissa que dá origem a este livro é lançada no seu livro anterior “Mission Economy”, mas densificada nesta publicação, e consiste no facto de as consultoras, como a McKinsey, Deloitte, PwC, KPMG, EY, não serem especializadas nas recomendações de políticas que fornecem ao governo, por estarem sujeitas a forças externas, e por não serem detentoras de conhecimento suficiente na matéria que aconselham.

que resultam em fontes fidedignas. Seriam os resultados semelhantes? A evidência mostra que não, e que os centros de investigação, especializados nas matérias que aconselham, apresentam resultados diferentes dos resultados apresentados pelas consultoras. O livro dá relevância a este ponto, e mostra de que forma é que os governos, movidos essencialmente por forças de reeleição e de benefício de representação individual, enviesam a monitorização das políticas públicas que querem implementar, para seu benefício.

O objetivo do livro é o de desmitificar esta realidade e de desmascarar estas práticas junto da sociedade. O livro não apresenta uma crítica às consultoras, mas à forma como o governo coloca em prática a monitorização das políticas públicas que se propõe a implementar. Além disso, alerta para a necessidade de os governos começarem internamente a trabalharem, e a aconselharem-se diretamente com profissionais especializados em diversas áreas, nomeadamente investigadores e centros de investigação, de forma a que se obtenha uma monitorização efetiva das políticas públicas, com base em números reais, que retratam a realidade.

Se antes o benefício desta necessidade de recorrer ao exterior era menos intuitiva, a realidade atual tem vindo a contradizer o passado, ainda que de forma ténue, muito graças à criação e à pressão que estes centros de investigação e fundações fazem ao governo, ao publicarem, de forma autónoma, os seus estudos, e levantando as problemáticas no espaço público. É esta discussão pública que tem originado um aconselhamento mais especializado por parte do governo e dos seus representantes, incluindo os autores destes estudos nos desenhos das políticas públicas.

O livro das duas economistas explica detalhadamente e de uma forma simples, a relação de aconselhamento e a mecânica entre os governos e as consultoras, através de exemplos, como a resposta do governo do UK à Covid-19, alertando para a forma como este relacionamento, baseado em resultados que favorecem o governo, enfraquece os governos, a economia e a democracia.



**"ACREDITO QUE MELHORAMOS A EUROPA TODOS OS DIAS – E É ISSO QUE ME MOVE"**

# DIGA LÁ SUA EXCELÊNCIA

ENTREVISTA

## ROBERTA METSOLA

**Olhando para trás, que conselho daria à Roberta Metsola de 25 anos?**

Aos 25 anos já tinha estado muito envolvida na campanha do referendo da adesão à UE, no meu país, Malta. Com essa idade fui desafiada a concorrer às eleições europeias de 2004, e não fui eleita. Encontrei trabalho em Bruxelas, na Representação Permanente de Malta junto da UE e tive uma importante experiência diplomática que marcou muito da minha vida. Acho que não daria um conselho específico ao meu passado porque sempre aprendi, ao longo desse percurso, a não desistir. Vale sempre a pena lutar pelo que acreditamos. Às vezes temos de ser pacientes e esperar pelo momento certo. Acho que a Roberta Metsola, aos 25 anos, me ensinou que não é o tamanho do país que importa, mas sim a profundidade das convicções que temos.

**Que tipo de Europa gostaria de entregar às novas gerações? Qual é o principal legado que pretende deixar da sua atividade política ao nível europeu?**

Ainda temos pouco menos de um ano até ao final deste mandato. A nível externo, tenho dedicado muito do meu esforço político à Ucrânia, onde estive pouco depois do início da invasão russa. Mas acho que temos feito um trabalho muito válido em muitas outras frentes, desde a negociação de importantes dossiers do Pacto Migratório, passando por legislação no setor do clima e do digital, até outros menos conhecidos mas que terão um impacto diário na vida dos cidadãos, como é o caso do carregador comum.

Dentro do Parlamento Europeu, estive até agora muito empenhada em fechar um pacote de reforma de 14 pontos no seguimento do Catargate. Os europeus merecem uma instituição mais eficiente, ágil e moderna, que também seja transparente e devidamente protegida daqueles que nos querem causar danos a partir do exterior.

Acredito que melhoramos a Europa todos os dias – e é isso que me move.



**Se não estivesse na política, que outra carreira profissional teria escolhido?**

Talvez jurista, por ser a minha formação de base. Mas seria sempre defensora daquilo em que acredito. Considero a política uma forma de activismo porque considero que há muito para lutar e mudar no Mundo.

**Quais foram as principais aprendizagens que retirou de sua recente visita a Portugal, ao Parlamento Português e ao Congresso da YEPP realizado em Braga?**

Acho que a Europa não se esgota na bolha de Bruxelas – e por isso estou muitas vezes no terreno, por toda a Europa. Gosto de ver projetos reais, de ouvir as pessoas, de ver o impacto da Europa na vida de todos. Das coisas mais simples da rua às políticas mais complexas. Portugal tem um encanto especial e sou sempre muito bem-recebida por todos. Gosto particularmente de conversar com jovens, gosto de perguntas difíceis. O Congresso do YEPP em Braga foi como voltar a casa – também fui muito activa na política estudantil. Gostei de ver o dinamismo, o otimismo, a dedicação e o entusiasmo de todos. Foi bom para recarregar as minhas baterias.

**A Roberta é conhecida como uma das principais vozes europeias a defender os direitos humanos e a proteção de refugiados e migrantes. Quais são os desafios mais urgentes que a Europa enfrenta nesse sentido e que soluções devemos adotar?**

Nenhum país consegue lidar com as questões migratórias de forma isolada. Não é um problema de gregos, nem de italianos, nem de qualquer outro Estado Membro com grandes fronteiras externas: é um assunto que diz respeito a todos. Trata-se de uma responsabilidade partilhada. Devemos ser justos e solidários com os que precisam de proteção, firmes com os que não precisam e duros com os contrabandistas que procuram explorar os mais vulneráveis. Temos que concluir o Pacto de Migração e Asilo com a máxima urgência, e o Parlamento Europeu está pronto para prosseguir com as negociações interinstitucionais sobre os dossiers que ainda se encontram em aberto.

**Como podemos acabar com o maior cemitério do mundo, que é o Mar Mediterrâneo?**

Temos o dever, temos a responsabilidade, de colocar este assunto no topo da nossa agenda. Não podemos permitir que mais pessoas se tornem meras estatísticas sem nome. São necessárias medidas urgentes, quer operacionais, quer financeiras. Temos de garantir apoio financeiro aos Estados Membros e à Frontex para fazer face ao aumento significativo das chegadas à Europa, por via marítima.

**Como é que a Europa pode equilibrar a gestão dos fluxos migratórios, proteger os direitos dos migrantes e refugiados e abordar as preocupações dos Estados-Membros e das populações europeias em relação à integração e à segurança?**

Acho que precisamos de encontrar um equilíbrio (a palavra-chave é “equilíbrio”) entre uma gestão adequada das fronteiras e um sistema de asilo e migração que seja justo e firme. Os países devem manter os seus compromissos internacionais e respeitar os direitos humanos. Devemos ter um sistema que oriente - em total segurança - as pessoas que procuram proteção para pontos de entrada onde as suas reivindicações possam ser avaliadas de forma adequada, justa e humana. Gostaria de ver uma solução em que tenhamos o controle das nossas fronteiras sem nos tornarmos numa “Fortaleza Europa”, ate porque demograficamente não nos podemos dar a esse luxo. Acho que qualquer instrumentalização de refugiados e migrantes para atingir fins políticos é um risco grave que só aumenta o sofrimento humano.

**Esteve ativamente envolvida nas negociações do Brexit. Olhando para trás, quais são as lições mais significativas aprendidas com esse processo? Acredita num regresso do Reino Unido à União Europeia?**

Assistimos diariamente às consequências sociais e económicas do Brexit. A escolha do Reino Unido de deixar a UE foi triste, mas é uma decisão que devemos respeitar. De qualquer forma, a UE e o Reino Unido são parceiros e aliados – e assim vamos continuar.



**“NÃO PODEMOS PERMITIR QUE MAIS PESSOAS SE TORNEM MERAS ESTATÍSTICAS SEM NOME. SÃO NECESSÁRIAS MEDIDAS URGENTES, QUER OPERACIONAIS, QUER FINANCEIRAS.”**

**Acredita como muitos afirmam que o Estado de Direito está em risco em alguns Estados-Membros? Quais são os mecanismos e políticas que devemos adotar para garantir que não retrocedemos no Estado de Direito e nos valores europeus?**

A União Europeia não é perfeita. Mas os pilares fundamentais da liberdade, da democracia e do Estado de Direito tornam este projeto político único. E não podemos considerar aquilo que defendemos e que conquistámos como garantido. Graças à insistência do Parlamento Europeu, entrou em vigor em janeiro de 2021 uma nova lei que condiciona os pagamentos de fundos da UE ao pleno respeito pelo Estado de Direito, incluindo a independência dos poderes judiciários nacionais. O Estado de direito não é negociável. Aliás, no Eurobarómetro de junho de 2023, 64% dos europeus estão satisfeitos com o trabalho da UE sobre este assunto.

**Como Presidente do Parlamento Europeu, qual a postura que escolhe ter para construir pontes entre famílias políticas tão diferentes a fim de criar consenso em áreas vitais para o futuro da UE?**

O trabalho na União Europeia é uma lição constante sobre negociação, seja entre países seja entre partidos. Enquanto Presidente do Parlamento Europeu não estou envolvida em negociações partidárias. A maior ponte que sinto que tenho de criar é entre a grande família europeia – entre aqueles que defendem a Europa. A minha maior preocupação não é com aqueles que têm ideias (ainda que divergentes) para a Europa; é com aqueles que não querem a Europa, seja por opção ideológica, seja por omissão, pela abstenção. E claro, dedico muito tempo a estreitar a ponte entre os cidadãos europeus e os eleitos.

**E quais são essas áreas fundamentais em que os membros do Parlamento Europeu e os políticos europeus se devem unir acima das naturais diferenças e divergências políticas?**

Nesta altura temos de continuar unidos no nosso apoio (político, militar, humanitário, financeiro) à Ucrânia, na mitigação dos efeitos da guerra nos nossos países e, claro, a um ano das eleições, temos de estar unidos contra a abstenção, a alienação, o populismo e a desinformação, para um melhor futuro de todos.

**Quais as reformas que entende necessárias para fortalecer o papel do Parlamento Europeu na definição das políticas da União Europeia e aumentar a transparência? O Parlamento deve ter poder de iniciativa?**

Desde o Tratado de Lisboa que o Parlamento Europeu tem um direito indireto de iniciativa legislativa - que lhe permite pedir à Comissão que apresente uma proposta. Se a iniciativa legislativa fosse direta, significaria um reforço dos poderes do Parlamento e, assim, um reforço da legitimidade democrática da UE. Sendo a única instituição da UE eleita, os deputados devem ter o direito de propor legislação. Isto significa uma reforma do processo legislativo na próxima revisão dos Tratados – que já pedimos e que aguardamos.

**Com o surgimento de movimentos populistas e eurocéticos com força em alguns Estados-Membros, quais as estratégias que a UE deve empregar para fortalecer a confiança e a legitimidade entre seus cidadãos? Quais são os principais desafios que esses movimentos trazem para as próximas eleições europeias de 2024?**

O populismo é a arte de vender soluções fáceis. É uma solução rápida, não é uma resposta duradoura. Cria falsas esperanças e finge resolver problemas adiando decisões reais – e difíceis. Fazer política não é ser popular: é tomar a melhor decisão; saber que todas as decisões têm consequências; e saber explicar essas consequências. É por isso que a democracia exige esforço, coragem - em última análise, sentido de liderança. O que precisamos - mais do que nunca - são líderes que se afastem de tendências populistas e nacionalistas. Todas as nossas energias, forças e recursos devem ser direcionados para políticas que garantam que a democracia prevaleça.

**Com a crescente influência das tecnologias digitais e o aumento da desinformação, o Parlamento Europeu está a pensar em novas medidas ou recomendações aos Estados-Membros para fortalecer o processo democrático e garantir a integridade das próximas eleições europeias?**

Preocupa-me a ingerência estrangeira nos processos democráticos europeus. O Parlamento Europeu aprovou recentemente um importante relatório sobre esta questão. Defendemos uma União mais forte, mais resiliente, com uma maior capacidade para fazer face a ameaças externas, a ciber-ataques ou a campanhas de desinformação.





Em simultâneo, atribuímos uma enorme importância à proteção da privacidade e ao direito à dignidade e à vida privada num mundo cada vez mais digital. No caso específico do denominado “software espião” que, quando utilizado incorretamente é extremamente perigoso, pedimos recentemente investigações e garantias para evitar abusos. Este tipo de software só deve ser permitido em casos excecionais e por um período limitado no tempo. Fizemos recomendações específicas após alegados abusos. E defendemos a criação de um Laboratório Tecnológico da UE para a investigação e análise forense destes casos. Claro que esta questão tem também uma dimensão externa, também abordada no relatório acima referido.

**Como uma figura proeminente na política maltesa e europeia, como vê a necessidade de maior participação e envolvimento político entre os jovens, especialmente nas próximas eleições europeias? Acredita que a redução da idade de voto para 16 anos é uma das soluções?**

Votar não é apenas um privilégio, mas um dever. Os eleitores com idades entre 18 e 25 anos tendem a votar menos em média. Recentemente, a Bélgica e a Alemanha juntaram-se à Áustria, Grécia e Malta ao permitir que jovens de 16 e 17 anos votem nas eleições europeias. Apoio a ideia de diminuir a idade para votar – que significa também diminuir a idade para ser eleito, mas isso deve significar um maior envolvimento na política, uma preocupação cívica por parte dos jovens. Um sentimento de pertença a um projeto único no mundo. Quando era jovem, detestava ouvir políticos mais velhos a dizer “os jovens são o futuro”. Os jovens não são o futuro, são o presente. E não faremos nada sem eles. A minha mensagem para os jovens é: se não votarem, alguém vai votar – e podem não gostar do resultado final.

**Quais as principais escolhas que a UE deve promover para ter mais crescimento económico e inovação nos próximos anos, especialmente diante dos avanços tecnológicos rápidos e da competição global das outras potências?**

Sejamos justos: as nossas economias são competitivas e assim podem permanecer; os nossos países estão no topo dos mais competitivos e inovadores do mundo. O Mercado Único, de 450 milhões de europeus, é o nosso maior ativo.

Temos de acelerar o investimento para recolocar a economia europeia numa trajetória estável de crescimento e para nos tornar ainda mais competitivos. E não precisamos de reinventar a roda – o financiamento NextGenerationEU está pronto e disponível. Defendo uma revisão do Quadro Financeiro Plurianual para redistribuir os fundos de áreas que eram menos prioritárias quando o estávamos a negociar. Também temos de estimular o investimento privado. Para isso, precisamos concluir a União dos Mercados de Capitais e o Parlamento Europeu está a fazer o seu trabalho. Com a transição verde e digital, podemos aumentar a nossa competitividade. Se investirmos em know-how, tecnologia e promovermos o desenvolvimento de competências necessárias para a transição justa, ganharemos vantagens competitivas. Não temos de nos fechar sobre nós próprios: a nossa economia cresceu ao longo dos anos justamente porque defendemos o contrário.

**O que é que a UE pode fazer para aproveitar tecnologias como a inteligência artificial?**

A IA e o Chat GPT mostram que a próxima revolução digital já está a acontecer. Isto levanta uma série de questões relacionadas à ética, escrutínio, inovação – e também sobre a necessidade essencial de termos uma estrutura regulatória correta, a primeira no Mundo. Matéria para a qual o Parlamento Europeu também deu o seu contributo.

**Na sua opinião, quais são as principais vantagens e ameaças da inteligência artificial para a economia e a democracia europeias?**

Recentemente, o Parlamento aprovou legislação que nos permite ser líderes mundiais em inovação digital, com base nos valores da UE. Precisaremos de limites claros e constantes para a Inteligência Artificial. Queremos inovação, claro, mas há uma coisa em que não abrimos mão: sempre que a tecnologia avança, deve andar de mãos dadas com os direitos fundamentais e com os valores democráticos.

**Diante de um cenário geopolítico em constante mudança para um mundo mais polarizado, em que as atenções políticas globais não estão mais centradas exclusivamente no Velho Continente, qual é o papel que a Europa deve desempenhar para recuperar poder e centralidade na configuração das relações internacionais, promovendo o multilateralismo e os seus valores no cenário global?**

Penso que a UE deve tomar suas próprias decisões e garantir a sua autonomia. Não podemos contar com a China, com valores muito diferentes dos nossos, nem tão-pouco com uma Rússia expansionista e agressiva. O nosso caminho é diferente e acho que vale a pena convencer os outros disso. Em última análise, precisamos confiar nos nossos amigos e não nos nossos inimigos. Também precisamos de perceber que o Mundo é um lugar muito menor do que às vezes pensamos. Precisamos de manter a nossa relação transatlântica; e precisamos de intensificar as nossas relações com a América Latina, Ásia e África com “parcerias entre iguais”. Precisamos de ouvir mais. Paternalismos ou imposições não vão funcionar. A verdade é que a democracia como forma de governo está a tornar-se cada vez mais rara.

**Que mensagem gostaria de enviar hoje aos futuros Deputados Ucranianos ao Parlamento Europeu?**

Gostaria de lhes dizer – e tive ocasião de o dizer no Parlamento Ucraniano – que estamos à espera de trabalhar com eles.

**Ainda a vemos ver como Primeira-Ministra de Malta?**

Liderar o Parlamento Europeu é uma honra para toda a vida e vou continuar a dar tudo até ao último minuto do meu mandato. Acredito no Parlamento e no quanto é essencial para a legitimidade democrática do projeto europeu; é nisto que estou focada, é esse o meu objetivo. Sei que pode parecer uma resposta vaga, mas na política aprendi a não esperar nada e a estar preparada para o inesperado. Agora estou empenhada em fazer com que o maior número possível de europeus vote em 2024 – e, claro, na minha reeleição como deputada europeia por Malta. Na política não escolhemos caminhos – somos escolhidos para os fazer.



**ROBERTA  
METSOLA**

**PRESIDENTE DO  
PARLAMENTO EUROPEU**



# LARANJA MECÂNICA

Todas as edições uma história  
icónica do PPD/PSD.

//

## A LIBERDADE NÃO DEPENDE DA OPORTUNIDADE. É A LIBERDADE QUE CRIA AS OPORTUNIDADES

por Carlos Reis

Filiei-me na JSD em 1986, aos 16 anos, embalado, como tantos da minha geração, pela Onda Laranja que começava a varrer o país com o Prof. Aníbal Cavaco Silva. Foi um tempo em que milhares de jovens despertaram a sua consciência política nas campanhas eleitorais memoráveis das presidenciais de 1986 e da primeira maioria absoluta do Prof. Cavaco, em 1987.

Acreditávamos então que tudo poderia ser possível. E não admitíamos outra possibilidade. Para nós Portugal era para ir “para a frente”. Portugal não podia parar.

Entretanto a usura do tempo acabaria por produzir os seus inevitáveis efeitos na maioria de todos nós, os jovens laranjas desse tempo. Vários sonhos adiados. Várias promessas incumpridas. Mas, no entanto, algo ficou de perene dessa geração que deu à JSD e ao PSD os melhores anos das suas vidas.

A maior parte do meu percurso na JSD foi precisamente durante esses 10 anos de ouro da nossa Democracia em que o PSD governou Portugal sob a liderança do Prof. Cavaco. Assisti depois ao início da ascendência socialista que tem comprimido o nosso país nos últimos 28 anos. Durante esse tempo fui dirigente local, distrital e nacional da Jota. Vesti a camisola laranja com a qual fui eleito dirigente académico na Faculdade de Direito de Lisboa. Presidi à Distrital de Lisboa durante 4 mandatos consecutivos. Fiz parte da última Comissão Política Nacional da JSD presidida por Pedro Passos Coelho. Fui Director do Gabinete de Estudos Nacional com o seu sucessor, encabecei depois o Conselho Nacional e concluí por fim esse percurso como Vice-Presidente da JSD, aos 29 anos.

Tal como a maioria dos meus colegas dessa altura poderei dizer que gastámos muito do nosso tempo adiando, ou prejudicando, mais do que o desejável, projectos ou carreiras académicas e profissionais. Mas a verdade é que quase nenhum de nós dirá que não valeu a pena.

A JSD em que militámos - e que fomos construindo - sabia ousar e também sabia dizer não. E este é um património que perdura.

Deve-se à porfiada intervenção da JSD o fim da instituição do Serviço Militar Obrigatório, primeiro na Constituição, depois na Lei.

Mantivemos sempre uma perspectiva mais liberal nos costumes, muito por herança da geração de líderes que nos antecedeu, e que enfrentou o próprio Partido em algumas dessas questões na primeira metade da década de 80. Matérias como a descriminalização da homossexualidade em 1982, a exclusão de ilicitude em alguns casos de aborto voluntário (casos de perigo de vida física e psíquica da mulher, violação e malformação do feto) em 1984, ou a legalização da prática do naturismo em Portugal, já em 1988, fazem hoje parte, também graças a nós, do adquirido consensual na sociedade portuguesa.

A nós se deveu também a primeira lei a reconhecer e regular o exercício de direitos associativos por menores, em 1987.

Nestas, como noutras questões que também foram bandeiras nossas - como a da despenalização do consumo das drogas - a JSD teve de lutar para ganhar no contraditório e também ousar dizer NÃO quando por vezes o nosso Partido nos preferia ver calados.

Nesse aspecto, uma das memórias que mais me honra, foi a de ter feito parte da direcção da JSD presidida por Pedro Passos Coelho, que se manifestou firmemente contra a amnistia política dos membros da organização terrorista FP25, condenados pela justiça.

Não houve heroísmo algum da nossa parte. Mas houve uma persistência guiada pela coerência e assente na força das convicções.

E essa foi sempre a força que explicou a razão da nossa força. Uma força contrária a um certo conservadorismo tanto à nossa direita, como à nossa esquerda. Uma força modernizadora e liberalizadora ao serviço do país e das pessoas, e que sem esquecer os nossos valores fundacionais e o nosso sentido ético de justiça social, se opôs sempre ao atavismo do nosso país.

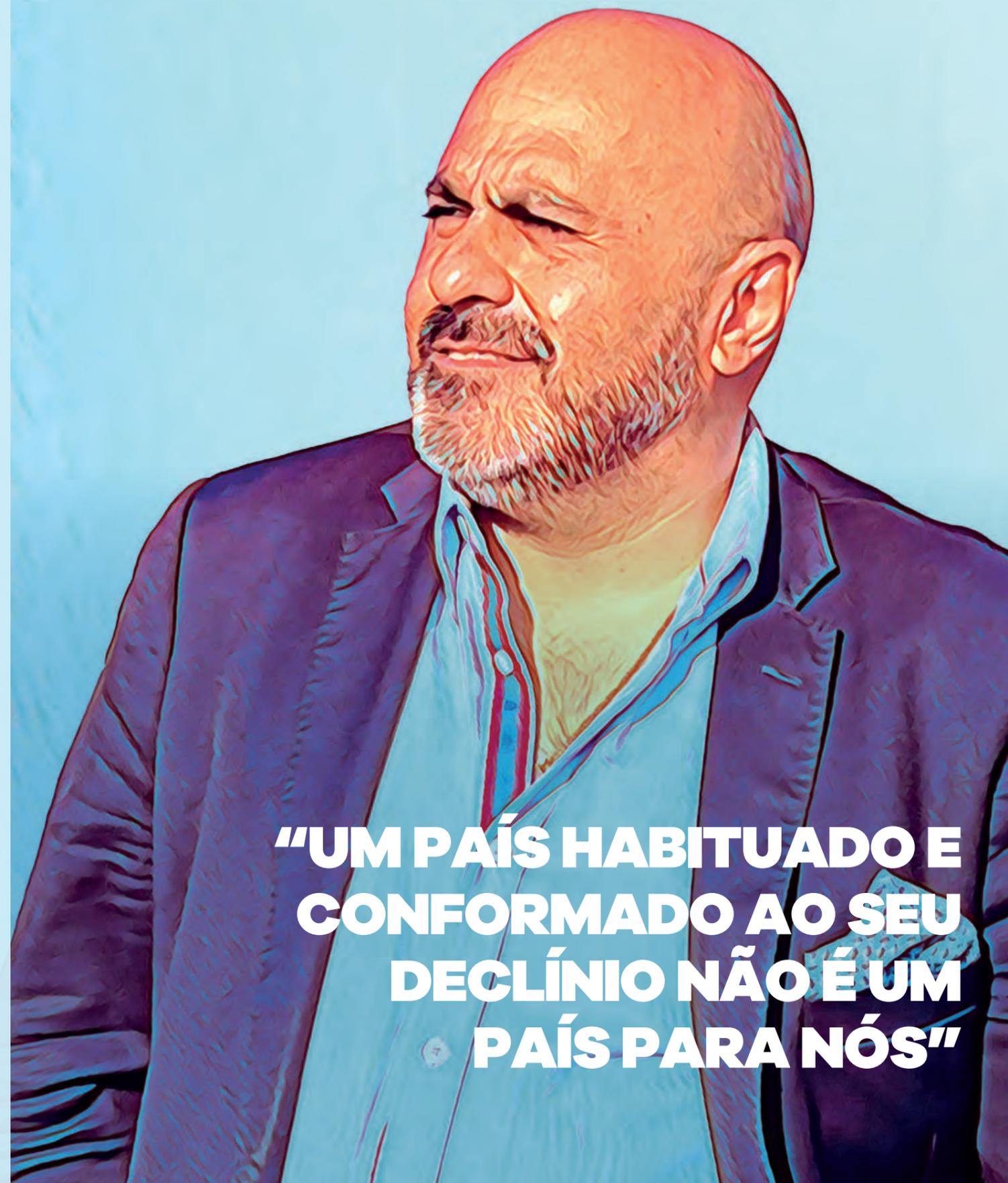
A JSD é a depositária deste espírito da Onda Laranja. Na vanguarda dos inconformados com o declínio do país, na sua pulsão liberal e garantística dos direitos e liberdades individuais, e sobretudo, sempre generosa com os outros.

Graças à marca do PSD e à integração europeia o país é hoje muito diferente do que era quando me filiei na JSD. Mas, tal como em 1985, quando Cavaco chegou à Figueira da Foz, chegámos de novo a uma encruzilhada em que é necessário fazer uma escolha coletiva entre ambição ou declínio. Entre futuro ou o socialismo.

Dostoiévski disse um dia que a melhor definição que se pode dar de um homem é a de um ser que se habitua a tudo. Mas também poderíamos dizer que é o sonho de ultrapassar esse tudo que é próprio da condição humana.

Um país habituado e conformado ao seu declínio não é um país para nós.

Precisamos de uma nova onda. Laranja, naturalmente.



**“UM PAÍS HABITUADO E  
CONFORMADO AO SEU  
DECLÍNIO NÃO É UM  
PAÍS PARA NÓS”**

# JSD LOOK & FEED



## O QUE SE PASSA NAS NOSSAS REDES

Fica a conhecer quais os conteúdos que tiverem mais buzz este mês!

Acompanha as nossas redes



E portanto, Sr. Primeiro-Ministro,

❤️ 3660  
O post com mais interações de junho

# TOP 5 Conteúdos do mês



# AGENDA

FICA A PAR DAS PRÓXIMAS INICIATIVAS



## Universidade de Verão 2023

Está quase a chegar mais uma edição da Universidade de Verão. Esta será uma edição especial no ano em que se assinalam 20 anos do início desta grande academia. Os alunos de 2023 já estão selecionados, os detalhes em preparação para uma grande semana em Castelo de Vide. Até dia 28!



## Universidade de Verão da JSD Açores

Caminhamos a passos largos para a 10ª edição da Universidade de Verão da JSD e do PSD Açores. As Ilhas das Flores e do Corvo recebem a maior e melhor escola de formação política e cívica da Região, que já conta com mais de 230 formados. Vemo-nos onde a Europa começa!



## EPP Group Youth Week

Uma das iniciativas que abrirá o ano político da JSD é a participação pelo segundo ano consecutivo na Semana da Juventude do Grupo do PPE no Parlamento Europeu em Bruxelas. Serão vários dias de trabalho e discussões sobre a situação das novas gerações na Europa.



## Conselho Nacional da JSD

No próximo dia 9 de setembro, realiza-se o V Conselho Nacional da JSD. A reunião magna da nossa estrutura discutirá a situação política atual, as atividades da CPN e aprovará o Regulamento de Participação da JSD no 41.º Congresso Nacional do PSD.



# ENSAIAR O FUTURO

## 8 MIL MILHÕES DE POSSIBILIDADES

Por Mónica Ferro

Desde o final do ano passado que a nossa família humana tem 8 mil milhões de membros<sup>[1]</sup>. É um marco que representa avanços históricos para a humanidade no campo da medicina, ciência, tecnologia, saúde, agricultura e educação, apenas para elencar algumas áreas de progresso aceleradíssimo.

Hoje a taxa de mortalidade materna é mais baixa,<sup>[2]</sup> mais recém-nascidos sobrevivem aos primeiros (precários) meses de vida. As crianças têm mais probabilidade de atingir a idade adulta e, para além disso, vivemos, em geral, vidas mais longas e mais saudáveis.

No entanto, este marco histórico tem sido recebido com ansiedade. O mundo atinge e ultrapassa o número de 8 mil milhões de pessoas num momento em que vivemos crises que se sobrepõem e que estão a escalar, desde a pandemia do COVID-19 até uma iminente catástrofe climática, passando por níveis históricos de deslocamentos em massa, economias enfraquecidas, conflitos, crises alimentares e de energia. O futuro pode parecer assustador e, globalmente, cerca de 6 em cada 7 pessoas dizem que se sentem inseguras<sup>[3]</sup>.

E este é o solo fértil para parangonas sensacionalistas, narrativas simplistas e nativistas e para considerações enviesadas sobre como gerir o futuro colectivo e construir sociedades mais resilientes.

Claro que há muitas preocupações válidas e urgentes quando falamos de população, tais como as ligações complexas entre o tamanho da população, a afluência e o consumo de combustíveis fósseis, e os desafios de planear o orçamento

para infraestruturas, serviços de saúde e programas de proteção social e de pensões. Mas quando tratamos as populações como problemas, em vez de as tratarmos como pessoas, ignoramos as questões realmente importantes que temos de tratar.

Chegou o tempo de tentarmos uma nova abordagem, uma nova visão da população que coloque as pessoas no centro. É tempo de pôr de lado os medos, de nos afastarmos de objetivos demográficos numéricos e de nos movermos em direção à resiliência demográfica – a qualidade ou o estado de ser capaz de se adaptar e prosperar no contexto das flutuações populacionais e das taxas de fertilidade, que têm tido lugar ao longo da história e que continuarão a ocorrer. Isto implica investir na recolha de dados que olhe para, e que olhe para além, das somas populacionais e das taxas de fertilidade. Além de uma mudança de narrativa, isto significa uma alteração radical na forma como olhamos para os dados e os questionamos; em última instância, isto significa fazer as perguntas certas, tais como se as pessoas conseguem satisfazer os seus objetivos de fertilidade e exercer os seus direitos reprodutivos.

Sabemos que, para muitos, taxas de fertilidade que se desviem de 2,1 filhos por mulher são sinais de alerta. Taxas de fertilidade mais altas sugerem uma 'explosão' demográfica; taxas mais baixas sugerem um declínio populacional.

## “QUANDO TRATAMOS AS POPULAÇÕES COMO PROBLEMAS, EM VEZ DE AS TRATARMOS COMO PESSOAS, IGNORAMOS AS QUESTÕES REALMENTE IMPORTANTES QUE TEMOS DE TRATAR.”

Quando se olha para o mundo desta forma quer o problema, quer a solução têm a forma do corpo de uma mulher: Crise climática? Convençam as mulheres a ter menos filhos. Sociedades envelhecidas? Convençam as mulheres a ter mais filhos. Desta forma, os corpos das mulheres são tratados como instrumentos para realizar ideais populacionais, um caminho facilitado em tantas paragens pelo seu menor estatuto em termos sociais, político e económico.

A questão que devíamos estar a colocar não é se somos demasiadas pessoas ou pessoas a menos, mas sim se todas conseguem exercer os seus direitos humanos fundamentais, incluindo a sua autonomia sexual e reprodutiva. E, no contexto atual, somente uma parte da humanidade tem acesso a esses direitos. Apenas quando os garantirmos para todas as pessoas poderemos libertar o seu potencial de prosperar e se adaptar às realidades dinâmicas do nosso mundo.

O relatório de 2023 sobre a Situação da População Mundial do Fundo das Nações Unidas para a População, a agência da saúde sexual e reprodutiva das Nações Unidas que eu tenho o privilégio de representar em Genebra, defende a construção de um mundo no qual cada pessoa é livre para escolher o seu futuro reprodutivo – um mundo no qual os países constroem resiliência demográfica ao adaptar-se às mudanças populacionais, em lugar de tentar manipulá-las.

E dito de forma muito simples, a população não é um conceito abstrato, é essencialmente um grupo de seres humanos.

As nossas sociedades, sistemas e contratos sociais devem estar estruturados e preparados para ir de encontro às necessidades das nossas populações à medida que elas vão experimentando mudanças inevitáveis.

Mantendo presente que é um direito fundamental de cada pessoa escolher se quer ter filhos, quantos quer ter e quando os quer ter, enquanto sociedade é nossa responsabilidade de garantir essa capacidade de fazer escolhas sobre saúde sexual e reprodutiva livre de discriminação, coação e violência.

E estes são os objetivos para os quais devemos trabalhar – não o objetivo de influenciar taxas de fertilidade, quer estas sejam baixas ou altas. Intervenções neste sentido nunca são a resposta porque estas taxas não são inerentemente nem boas nem más.

Com a abordagem correta, sociedades demograficamente resilientes podem prosperar, qualquer que seja a sua taxa de fertilidade.

Para que isto seja mais do que recomendações de ação, é fundamental ter os dados, desagregá-los, fazer as perguntas certas e desenhar um cardápio de políticas que permitam a resiliência de que falava. Conhecemos as tendências demográficas com uma previsibilidade que poucas outras ciências permitem. Preparemos então as nossas sociedades para acolher esses movimentos garantindo o bem-estar e os direitos de cada pessoa.

[1] Este texto corresponde, em essência, à apresentação que fiz na Assembleia da República do Relatório do UNFPA sobre a Situação da População Mundial 2023 - 8 mil milhões de vidas: possibilidades infinitas, em defesa de direitos e escolhas.

[2] A taxa de mortalidade maternal é hoje mais baixa embora permaneça inaceitavelmente alta (800 mulheres morrem todos os dias de causas ligadas à gravidez, parto e pós-parto o que significa uma morte maternal a cada dois minutos. Cfr Trends in Maternal Mortality 2000-2020, Estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and UNDESA/Population Division <https://www.unfpa.org/publications/trends-maternal-mortality-2000-2020>

[3] UNDP, Human Development Report 2022.



# RETRATO DE UM PROUST ENQUANTO JOVEM



**Bruno Miguel Melim**  
Vice-Presidente da JSD e  
Presidente da JSD Madeira

## 1) Almoçar todos os dias para o resto da vida com André Ventura ou com Mariana Mortágua?

Nenhuma das opções é muito agradável, mas talvez seja mais fácil almoçar com o Ventura e lembrar-lhe os tempos em que era um militante ativo do PSD e de como participava na "vida do sistema" que agora diz repudiar, do que com uma Senhora que tem contribuído para a degradação política da nação.

## 2) Gostaria mais de ver regressar ao PSD Isaltino Morais ou Pedro Santana Lopes?

Pedro Santana Lopes.

## 3) Qual o mal menor: Pedro Nuno Santos ou Fernando Medina?

Os dois são péssimos: um deu informações confidenciais sobre a localização de ativistas russos na cidade que geria, outro acha que é marxista. Não há nenhum que se aproveite.

## 4) Qual o melhor autarca do PSD na atualidade?

Tenho várias boas referências na Madeira e no País, mas destacaria o Carlos Teles da Calheta.

## 5) Ser presidente do seu município em 2025 ou no próximo governo PSD ser Sub-Secretário de Estado sob tutela de um Vice-Ministro que por sua vez era tutelado por um Ministro-Adjunto?

O importante é estar ao serviço da população. Onde? Onde formos mais úteis e estivermos preparados.

## 6) Se houvesse um referendo para mudar o nome da "Ponte 25 de Abril" e as duas únicas alternativas no boletim de voto fossem "Ponte Otelo Saraiva de Carvalho" e "Ponte António de Oliveira Salazar", em qual votaria?

Não ia votar. Há coisas mais importantes para referendar do que uma ponte na AM de Lisboa.

## 7) Belém 2026: um ex-presidente do PSD, um ex-primeiro-ministro PSD, ou ex-presidente de um partido com o qual o PSD já esteve coligado?

Mais simples: Pedro Passos Coelho. Pelo trajeto, percurso, notoriedade e por aquilo que representa para a maioria dos portugueses: seriedade no exercício de cargos políticos.

## 8) Melhor e pior líder de sempre do PSD?

Muito relativo. Melhor Cavaco Silva. Pior... é difícil escolher, houve uns tempos bem conturbados.

## 9) Melhor e pior líder de sempre da JSD?

Penso que o mais impactante terá sido Pedro Passos Coelho, não sei se foi o melhor. O pior digo-vos 30 anos depois de sair da estrutura. Até lá essa opinião pode mudar.

## 10) Votou no seu presidente da secção do PSD?

Votei sim senhor.

## 11) Se um governo PS o convidasse para ser presidente da TAP e fazer com ela o que quisesse aceitava?

Por princípio, do PS, não se aceita nada. É como de Espanha "nem bons ventos, nem bons casamentos".

## 12) Três deputados do PSD na AR: um para almoçar para o resto da vida todos os dias, um para partilhar casa durante um ano e um para fazer um retiro espiritual durante um mês no Tibete. Justifique.

Vamos seguir as respostas politicamente corretas nesta questão: para almoçar o Paulo Rios de Oliveira, estou certo que seriam certames animados; dividir casa talvez com o Alexandre Poço, como ele anda sempre a correr o país teria a casa só para mim muito tempo; para o retiro espiritual podia ser o Dinis Ramos, teríamos conversa para muitos dias.

## 13) Olhe para o telemóvel: Qual a primeira pessoa do PSD que aparece na sua lista telefónica?

Alberto João Jardim.

## 14) Olhe para o telemóvel: Qual foi a última pessoa do PSD com quem trocou uma mensagem no Whatsapp?

Margarida Balseiro Lopes.

## 15) Momento Mourinho: Qual a sua cadeira de sonho no PSD?

A cadeira de sonho era do Villas-Boas, não do Mourinho... ainda assim a minha maior ambição é ser mais uma voz da Juventude no Partido do que a voz do Partido na Juventude. Todos somos sempre poucos para esta causa.

# FAZER A DIFERENÇA

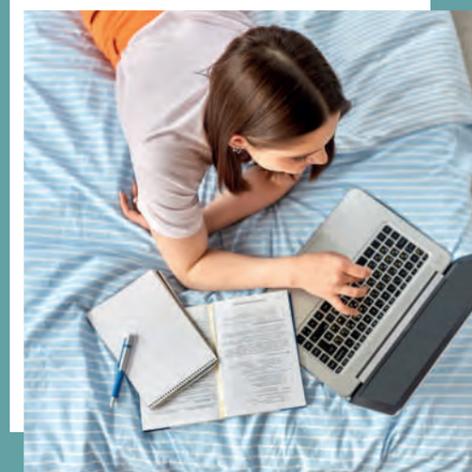
## A "Ana dos Olivais" voltou no debate do Estado da Nação

No principal debate político do ano, a JSD confrontou o Primeiro-Ministro com as dificuldades que os jovens enfrentam no acesso à habitação. Com o regresso da mítica figura da Ana dos Olivais, o Alexandre Poço apresentou a dramática dificuldade que as "Anas" deste país teriam em ser vizinhas de António Costa. A intervenção já conta com mais de 1 milhão e 150 mil visualizações nas redes sociais.



## JSD quer saber quantas novas camas estarão prontas no início do ano letivo 2023/2024

Num momento de grande expectativa para milhares de estudantes – a entrada no Ensino Superior – a JSD questionou o Governo sobre qual o número de novas camas a serem disponibilizadas até ao início do novo ano letivo. Depois de ter prometido em outubro de 2022 a inauguração de 1.216 novas camas para 2023, o Governo diminuiu esse valor, em abril de 2023, para as 1.101 camas. Perante uma nova questão da JSD, o Governo voltou a encurtar essa meta, agora para as 1.025 camas. Face ao falhanço do Plano Nacional para o Alojamento Estudantil, em vez de duplicar os esforços, o Governo tem diminuído sistematicamente a sua ambição e capacidade, prevendo-se assim mais um ano dramático para os estudantes deslocados.



## JSD recebeu e ouviu mais de 30 organizações no Parlamento

Na primeira sessão legislativa que terminou em julho, a JSD pautou a sua intervenção parlamentar pela auscultação permanente das forças vivas da sociedade. Porque a política faz-se lado a lado com os cidadãos, ao longo do último ano a JSD reuniu na Assembleia da República com mais de 30 entidades, desde organizações do movimento associativo estudantil e juvenil, até a organizações e cidadãos de áreas como o empreendedorismo, ciência, cultura, ambiente, entre outros.



# LOJAJ

## A LOJA OFICIAL DA JSD JÁ ESTÁ ONLINE!

É verdade, todo o merchandising que estavas à procura já está disponível na nossa loja online. Mostra a tua verdadeira cor com fantásticos ítems que podes comprar para ti ou para oferecer a pessoas muito especiais.



**Escolhe a tua Tshirt!**  
Novos modelos brevemente.

Fica atento.



Saco de Linho #1



Saco de Linho #2



Almofada de Praia



Meias



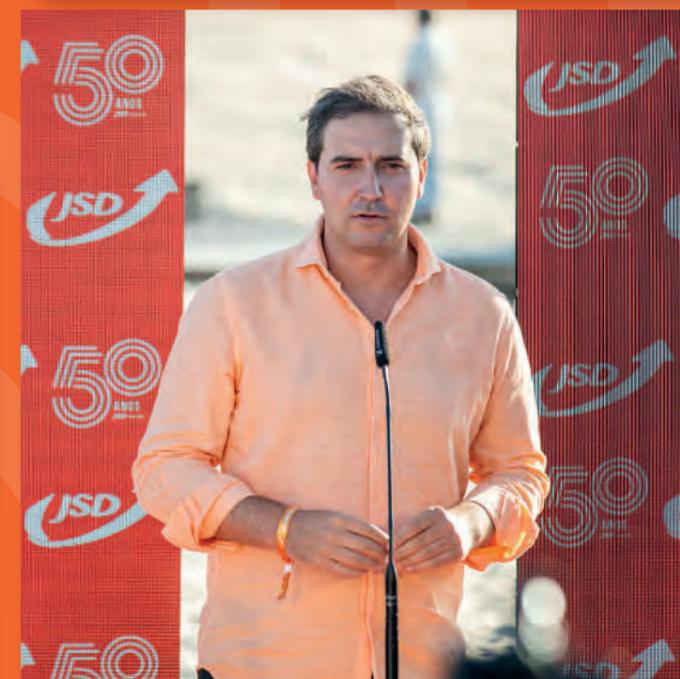
Caderno de Notas

**Mais produtos e mais novidades todos os meses!**

 **Acede à nossa loja em [www.lojajsd.pt](http://www.lojajsd.pt)**

## A CAMINHO DOS 50

Foi na Figueira da Foz, no passado dia 15 de julho, que celebrámos os 49 anos da JSD numa ocasião especial que deu também início às comemorações dos 50 anos de vida da JSD.



**Junta-te a nós neste momento,** enviando para os nossos canais oficiais sugestões de iniciativas e eventos que assinalem os 50 anos da nossa JSD!

# A DEMOCRATA

FAZ JUS AO SEU NOME.

É DE ABRIL, MAS É MUITO DE NOVEMBRO.

É PÚBLICO QUE É MAIS O INDEPENDENTE.

É UMA PEDRADA NO CHARCO.

USUFRUÍ DO ATREVIMENTO PRÓPRIO DA JUVENTUDE.

É QUENTE OU FRIA, NUNCA MORNA.

PREFERE SER POLÉMICA A SER CHATA.

PREFERE A INICIATIVA PRIVADA À PRIVAÇÃO  
DE LIBERDADE ECONÓMICA.

É ATLANTISTA E EUROPEÍSTA. MAS NÃO É ESTÚPIDA.

DESPREZA MOSCOVO, MAS RESPEITA O POVO.

É PLURAL. DENTRO DO POSSÍVEL.

É UMA REVISTA. O AVANTE É UM MISSAL.

NÃO É A IRMÃ MAIS NOVA DO POVO LIVRE.

É PAGA PELO PARTIDO, MAS NÃO É VENDIDA AO PARTIDO.

FICA, AS LIDERANÇAS DA JOTA PASSAM.

**É LARANJA QUE DÓI.**

TEMOS PENA.